

Enfim a educação

Arlindo Villaschi Filho

Um dos principais problemas da inflação brasileira é a sua transformação em ponto central e quase que exclusivo dos debates sobre a economia nacional. Vem sendo assim desde o início dos anos 80. Desta forma, durante os últimos 12 anos, a única 'atriz' que ousou roubar o destaque da **prima donna** foi a dívida externa que na realidade não passa de uma sutil mudança no ângulo de se ver o mesmo 'espetáculo'.



Esse excessivo foco em uma dimensão-meio da economia fez com que temas como o desenvolvimento nacional, os desequilíbrios na distribuição regional, fatorial e pessoal da renda, a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, dentre outros, fossem relegados quase que ao esquecimento. Estas questões — que têm que ser a preocupação-fim da política econômica em países com as características do Brasil — só têm conseguido espaço na discussão nacional quando a realidade posta em números passa a agredir a consciência nacional.

Está sendo assim com a questão da fome e da miséria que atinge níveis inexplicáveis para uma economia diversificada e para uma sociedade que se pretende democrática como a brasileira. Foi preciso que o que se vê nas nossas ruas se transformasse em números pelos levantamentos do IBGE (em nível nacional) e do Instituto Jones dos Santos Neves (em nível regional) para que vozes como a de Betinho de Souza fossem ouvidas e passassem a ter algum destaque nas discussões nacionais.

Lamentavelmente este não tem sido o caso nem da prioridade econômica e nem da indignação nacional com relação à educação. Parte fundamental dos problemas que afligem não somente as dimensões-fim da economia brasileira — o seu desenvolvimento, a distribuição regional, fatorial e pessoal da renda, sua inserção na divisão internacional do trabalho — mas também a inquietação social provocada pelos níveis de pobreza a que chegou a maioria de nossa população, a educação precisa ter uma oportunidade no palco das grandes discussões nacionais.

Do ponto de vista formal, esta oportunidade está sendo dada pela tramitação legislativa das Diretrizes e Bases da Educação. Sem dúvida alguma, o

projeto que foi aprovado pela Câmara Federal e que está em discussão no Senado avança em alguns pontos cruciais. Destaque especial para a prioridade dada ao ensino fundamental e à erradicação do analfabetismo (no seu sentido amplo de capacitação para a leitura crítica da palavra escrita, dos números, e da palavra-mundo, ou seja, da realidade).

É óbvio que essa prioridade coloca um desafio qualitativo e quantitativo enorme se a questão deixar de ser jargão requeitado (quem não se lembra da 'educação, prioridade nacional'; 'década da educação', e tantas demonstrações de 'preocupação' com a questão educacional?) para se tornar em ponto fundamental do projeto de recuperar o sentido de desenvolvimento nacional e de dignidade social. A dimensão do desafio, entretanto, não deve ser desculpa para mais uma postergação de seu enfrentamento.

É importante destacar que o Brasil tem hoje mecanismos que permitem esse enfrentamento de forma objetiva, eficiente, eficaz e efetiva. O uso de nossos veículos de comunicação de massa em um projeto de mobilização nacional em favor da educação, é um desses mecanismos que pode nos colocar em posição privilegiada quando comparados com outros países em estágio atrasado de desenvolvimento.

A atualização tecnológica das empresas de rádio e televisão hoje atuando no Brasil é, sem sombra de dúvidas, um dos sinais de 'primeiro-mundismo' abaixo da linha do Equador. A qualidade dos profissionais que atuam nessas áreas é também de nível internacional. Nada mais lógico, portanto, do que colocar estas competências na luta direta em favor da educação.

Não basta, entretanto, fazermos programas da qualidade e do conteúdo do "Telecurso de 1º e 2º Graus", do "Glo-

bo Ecologia", do "Globo Informática", do "Pequenas Empresas, Grandes Negócios" (apenas alguns exemplos da rede de maior audiência, mas eles também existem nas outras emissoras). É preciso que eles sejam veiculados em horários para os quais o potencial de audiência seja compatível com o objetivo de resgatar a qualidade da educação nacional. Ou seja, é preciso que os nossos programas nobres passem a frequentar horários igualmente nobres.

As Diretrizes e Bases da Educação em fase final de tramitação legislativa também apresenta alguns pontos de timidez. Certamente a que chama mais atenção é a pouca ousadia no que se refere à carga horária mínima das atividades escolares. Para um país com os atrasos educacionais como os que temos no Brasil, não basta um singelo aumento de pouco mais de 10% da carga horária. Se não for possível um aumento substancial imediato que, pelo menos, se estabeleça uma meta de médio prazo com o objetivo de colocar o Brasil em posição semelhante à daqueles países que reconhecidamente levam a educação a sério (como é o caso da Alemanha, do Japão e da Coréia do Sul). Este sim, é o verdadeiro desafio da industrialização brasileira. Competitividade, produtividade, capacitação tecnológica e etc., certamente, virão como consequência.

Um outro aspecto da timidez das Diretrizes é o que se refere ao não-enfrentamento do corporativismo exarcebado que tem prevalecido na educação brasileira e que tantos prejuízos tem trazido a ela. A exagerada aplicação do princípio de 'farinha pouca, meu pirão primeiro' que tem permeado as relações entre os atores principais da educação brasileira (empregadores públicos e privados os técnicos e administrativos que nela atuam profissionalmente), reflete-se uma vez mais na

proposta ora em discussão no Senado Federal.

Apenas a título de ilustração, o Conselho Nacional de Educação, que tem a atribuição dentre outras, de "propor diretrizes e prioridades para o plano nacional de educação e sua expressão anual na lei de diretrizes orçamentárias, acompanhando e avaliando sua implementação e a sua articulação com as políticas públicas de outras áreas" (Art. 23/II), será composto por nada menos do que 34 membros. A forma como esta composição é alocada demonstra claramente que não houve qualquer preocupação em resolver as disputas entre os 'alto e baixo cleros' e entre as corporações que criaram seus feudos na educação brasileira. Pelo contrário, estes interesses (que são nocivos na forma como têm se apresentado e representado) tendem a cristalizar-se caso prevaleça a composição do Conselho Nacional de Educação com a configuração proposta nas Diretrizes e Bases.

Fundamental, portanto, passa a ser a ampliação do fórum de discussão da proposta ora no Senado. Ele tem que ir além das formalidades de eventos (oficiais ou não) que pouco avançam além dos interesses específicos e corporativos acima aludidos. A exemplo da questão do desenvolvimento econômico e da pobreza, também aqui precisamos ir além dos profissionais que atuam na área ou dos setores mais diretos e explicitamente interessados.

Precisamos aproveitar a oportunidade para colocar o holofote das prioridades brasileiras naquela que tem que ser a verdadeira primeira-dama da tragédia nacional — a educação. Se não fizermos isto, continuaremos incorrendo no grave erro de transformarmos nossas tragédias em farsas.

Arlindo Villaschi Filho é economista, professor da Ufes e consultor em Economia e Planejamento

